



Propriety of the Erich Fromm Document Center. For personal use only. Citation or publication of material prohibited without express written permission of the copyright holder.

Eigentum des Erich Fromm Dokumentationszentrums. Nutzung nur für persönliche Zwecke. Veröffentlichungen – auch von Teilen – bedürfen der schriftlichen Erlaubnis des Rechteinhabers.

FROMM-Online

Os Aspectos Psicológicos da Renda Garantida

Erich Fromm
(1966c-por)

„Os Aspectos Psicológicos da Renda Garantida,“ in: E. Fromm, *Da desobediência e outros ensaios*, Rio de Janeiro (Zahar Editores) 1984, pp. 111-123.

Copyright © 1966 by Erich Fromm; Copyright © 1984 and 2011 by The Literary Estate of Erich Fromm, c/o Dr. Rainer Funk, Ursrainer Ring 24, D-72076 Tuebingen / Germany. – Fax: +49-(0)7071-600049; E-Mail: fromm-estate[at-symbol]fromm-online.com. Tradução do inglês: Vera Ribeiro.

Este artigo está voltado para os aspectos *psicológicos* da renda garantida, seu valor, seus riscos e os problemas humanos que suscita.

A razão mais importante para a aceitação desse conceito é que ele poderia favorecer drasticamente a liberdade do indivíduo.¹ Até agora, na história humana, o homem tem sido limitado em sua liberdade de ação por dois fatores: o uso da força por parte dos governantes (basicamente, sua capacidade de eliminar os dissidentes) e, o que é ainda mais importante, a ameaça da fome que sempre pairou sobre todos os que não se dispusessem a aceitar as condições de trabalho e de existência social que lhes eram impostas.

Todo aquele que não se dispusesse a aceitar essas condições, mesmo que nenhuma outra força fosse usada contra ele, via-se confrontado com a ameaça da fome. O princípio dominante ao longo da maior parte da história humana do passado e do presente (tanto no capitalismo quanto na União Soviética) é: „Quem não trabalha não [112] come“. Essa ameaça sempre forçou o homem não apenas a *agir* de acordo com o que lhe era solicitado, mas também a *pensar e sentir* de tal maneira que nem sequer se sentisse tentado a agir de maneira diferente.

Se a história passada está baseada no princípio da ameaça da fome, isto tem origem, em última análise, no fato de que, a não ser em certas sociedades primitivas, o homem tem vivido ao nível da escassez, econômica e psicologicamente. Nunca houve bens materiais suficientes para satisfazer às necessidades de todos; em geral, um pequeno grupo de „dirigentes“ tirava para si próprio tudo aquilo que o coração pedia, e os muitos que não podiam sentar-se à mesa eram informados de que era da lei de Deus ou da Natureza que assim fosse. Convém assinalar, porém, que o fator principal, nesse caso, não é a ambição dos „dirigentes“, mas sim o baixo nível da produtividade material.

A renda garantida, que se torna possível na era da abundância econômica, poderia libertar o homem, pela primeira vez, da ameaça da fome, e assim torná-lo verdadeiramente livre e independente de qualquer ameaça econômica. Ninguém teria que aceitar condições de trabalho meramente porque, de outro modo, teria medo de

¹ Cf. as considerações que faço sobre a „garantia universal de subsistência“ em *The Sane Society*, Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1955, pp. 355 ss. (Ed. bras.: *Psicanálise da sociedade contemporânea*, Rio, Zahar, 1959; 10.a ed., 1983).



morrer de fome; homens e mulheres talentosos ou ambiciosos poderiam aprender novas aptidões para preparar-se para uma espécie diferente de ocupação. A mulher poderia deixar seu marido e o adolescente poderia deixar sua família. As pessoas aprenderiam a não mais sentir medo, se não tivessem que temer a fome. (Isso só se aplica, é claro, se também não houver nenhuma ameaça política a inibir o pensamento, a fala e a ação política livres do homem).

A renda garantida não só estabeleceria a liberdade como realidade, em vez de *slogan*, como também asseguraria a vigência de um princípio profundamente enraizado na tradição religiosa e humanista ocidental: o homem tem [115] o direito à vida, independentemente de qualquer coisa. Esse direito à vida, a ter alimento, abrigo, assistência médica, educação, etc, é um direito humano intrínseco que não pode ser restringido por nenhuma condição, nem mesmo a de que o homem deve ser socialmente „útil“.

A passagem de uma psicologia da escassez para uma psicologia da abundância é um dos passos mais importantes no desenvolvimento humano. A psicologia da escassez produz ansiedade, inveja e egoísmo (observáveis mais drasticamente nas culturas camponesas em todo o mundo). A psicologia da abundância produz iniciativa, confiança na vida e solidariedade. O fato é que a maioria dos homens ainda está psicologicamente orientada para os fatos econômicos da escassez, enquanto o mundo industrial está no processo de ingressar numa nova era de abundância econômica. Contudo, em vista desse „atraso“ psicológico, muitas pessoas sequer conseguem compreender idéias novas, tal como as que são apresentadas pelo conceito de renda garantida, pois as idéias tradicionais são habitualmente determinadas por sentimentos que se originaram em formas prévias de existência social.

Um efeito adicional da renda garantida, aliado ao número grandemente diminuído de horas de trabalho para todos, é que os problemas espirituais e religiosos da existência humana se tornariam reais e imperativos. Até aqui, o homem tem estado muito ocupado com o trabalho (ou cansado demais depois dele) para preocupar-se muito seriamente com problemas como „Qual é o sentido da vida?“, „Em que acredito?“, „Quais são meus valores?“, „Quem sou eu?“, etc. Se deixar de ficar predominantemente ocupado com o trabalho, estará livre para defrontar-se com esses problemas seriamente ou se tornará semilouco em decorrência do tédio direto ou compensado.

De tudo isso decorre que a abundância econômica, a liberação do temor da fome, marcaria a transição de uma [114] sociedade pré-humana para uma sociedade verdadeiramente humana.

Para equilibrar esse quadro, é necessário levantar algumas objeções ou perguntas quanto ao conceito de renda garantida. A pergunta mais óbvia é se a renda garantida não reduziria o incentivo ao trabalho.

À parte o fato de que já não existe trabalho para um setor cada vez maior da população e, portanto, que a questão do incentivo para essas pessoas é irrelevante, essa objeção é séria. Creio, entretanto, ser possível demonstrar que o incentivo material de modo algum é o único estímulo para o trabalho e para o esforço produtivo. Antes de mais nada, há outros incentivos: o orgulho, o reconhecimento social, o prazer no próprio trabalho, etc. Não faltam exemplos desse fato. O mais óbvio a ser citado é o trabalho dos cientistas, artistas, etc, cujas extraordinárias realizações não são motivadas pelo incentivo do lucro monetário, mas por uma combinação de diversos fatores: acima



de tudo, o interesse pelo trabalho que fazem, além do orgulho por suas realizações, ou o desejo de fama. No entanto, por mais óbvio que se afigure esse exemplo, ele não é inteiramente convincente, pois é possível dizer que essas pessoas notáveis puderam fazer esforços extraordinários precisamente por serem extraordinariamente dotadas, donde não servem de exemplo para as reações da pessoa média. Essa objeção, contudo, não parece válida, se considerarmos os incentivos às atividades de pessoas que não compartilham das qualidades notáveis dos grandes indivíduos criativos. Quantos esforços são feitos no campo de todos os esportes e de muitos tipos de passatempos, onde não há incentivo material de nenhum tipo! O grau até onde o interesse pelo próprio processo de trabalho pode ser um incentivo ao trabalho foi claramente demonstrado pela primeira vez pelo Professor Mayo, no clássico estudo que desenvolveu na Fábrica Chicago Hawthorne, da Western Electric Company.² O [115] próprio fato de as operárias não-especializadas terem sido atraídas pelo experimento de produtividade no trabalho de que eram o objeto e de se haverem interessado e transformado em participantes ativas do experimento resultou em um aumento da produtividade, e até a saúde física das operárias melhorou.

O problema se torna ainda mais claro ao considerarmos as formas mais antigas de sociedades. A eficiência e incorruptibilidade do tradicional serviço público prussiano ficaram famosas, a despeito do fato de que as remunerações dos funcionários eram muito baixas: é que, nesse caso, conceitos como honra, lealdade e dever eram as motivações determinantes de um trabalho eficiente. Um fator adicional aparece quando consideramos as sociedades pré-industriais (como a sociedade européia medieval ou as sociedades semifeudais do início deste século na América Latina). Nessas sociedades, o carpinteiro por exemplo, queria ganhar o bastante para satisfazer as necessidades de seu padrão de vida tradicional e se recusava a trabalhar mais para ganhar mais do que precisava.

Em segundo lugar, está provado que o homem, por natureza, não é preguiçoso, mas que, ao contrário, sofre as conseqüências da inatividade. As pessoas talvez preferissem ficar sem trabalhar por um ou dois meses, mas a grande maioria acabaria implorando para trabalhar ainda que não fosse remunerada para isso. As pesquisas nos campos do desenvolvimento infantil e da doença mental oferecem dados abundantes a esse respeito; o que se faz necessário é uma investigação sistemática em que os dados disponíveis sejam organizados e analisados do ponto de vista da „preguiça como doença“, e que mais dados sejam colhidos por pesquisas novas e feitas nesta perspectiva.

Entretanto, se não se pretende que o dinheiro seja o incentivo principal, o trabalho, em seus aspectos [116] técnicos ou sociais, teria que ser suficientemente atraente e interessante para superar o desprazer da inatividade. O homem moderno e alienado está profundamente entediado (em geral, de modo inconsciente) e, por isso, anseia pela preguiça, e não pela atividade. Esse anseio é, em si mesmo, no entanto, um sintoma de nossa „patologia da normalidade“. Presumivelmente, a má utilização da renda garantida desapareceria após um curto período de tempo, do mesmo modo que as pessoas em poucas semanas deixariam de comer doces em excesso, supondo-se que não tivessem que pagar por eles.

² Cf. Elton Mayo, *The Human Problem, of an Industrial Civilization*, 2.a ed., Nova York, The Macmillan Co., 1946.



Outra objeção é a seguinte: irá o desaparecimento do medo da fome realmente tornar o homem tão mais livre, considerando-se que aqueles que têm uma vida confortável provavelmente têm tanto medo de perder um emprego que lhes dê, digamos, 15.000 dólares por ano, quanto aqueles que talvez passassem fome se perdessem seus empregos? Caso essa objeção seja válida, a renda garantida aumentaria a liberdade da grande maioria das pessoas, mas não a das classes média e superior.

Para compreender inteiramente essa objeção, temos que considerar o espírito da sociedade industrial contemporânea. O homem se transformou num *Homo consumens*. É voraz, passivo e tenta compensar seu vazio interior com o consumo contínuo e sempre crescente (há muitos exemplos clínicos desse mecanismo nos casos de excesso de comida, excesso de compras, ou excesso de bebida, como reação à depressão e ansiedade); ele consome cigarros, bebida, sexo, cinemas, viagens e também educação, livros, palestras e arte. Parece ser ativo, „vibrante“, mas, no fundo, é ansioso, solitário, deprimido e entediado (o tédio pode ser definido como o estado de depressão crônica que pode ser compensado com êxito pelo consumo). O industrialismo do século XX criou esse novo tipo psicológico — o *Homo consumens* — primariamente por razões econômicas, isto é, pela necessidade do consumo de massa, [117] que é estimulado e manipulado pela propaganda. Mas esse tipo de caráter, uma vez criado, influi também na economia e faz com que os princípios da satisfação sempre crescente se afigurem como racionais e realistas.³

O homem contemporâneo tem uma sede ilimitada de mais e mais consumo. Daí decorrem várias conseqüências: quando não há limites para a ambição do consumo e já que, no futuro previsível, nenhuma economia poderá produzir o bastante para o consumo ilimitado de todos, nunca poderá haver uma verdadeira „abundância“ (no sentido psicológico) enquanto a estrutura de caráter do *Homo consumens* continuar a predominar. Para a pessoa ambiciosa há sempre escassez, posto que ela nunca tem o bastante, independentemente de quanto possua. Além disso, ela se sente invejosa e competitiva em relação a todas as demais; portanto, é basicamente isolada e assustada. Não consegue realmente desfrutar da arte ou de outros estímulos culturais, pois permanece basicamente ambiciosa. Isso significa que aqueles que vivessem no nível da renda garantida se sentiriam frustrados e sem valor e os que ganhassem mais permaneceriam prisioneiros das circunstâncias, pois ficariam amedrontados e perderiam a possibilidade do consumo máximo. Por essas razões, creio que a renda garantida, sem uma modificação do princípio do consumo máximo, só atenderia a certos problemas (econômicos e sociais), mas não teria o efeito radical que seria necessário.

O que se deve fazer, então, para implantar a renda garantida? Falando em termos genéricos, devemos mudar nosso sistema, fazendo-o passar do consumo máximo para o

³ O problema se complica ainda mais pelo fato de que pelo menos 20% da população norte-americana vivem em nível de escassez (como, aliás, também ocorre em algumas partes da Europa, especialmente nos países socialistas, que ainda não atingiram um padrão de vida satisfatório) e que a maior parte da humanidade, que habita a América Latina, a Ásia e a África, vive ainda mal acima do nível da inanição. Qualquer argumentação em favor da redução do consumo depara com a argumentação de que, na maior parte do mundo, há necessidade de maior consumo. Isso é perfeitamente verdadeiro, mas existe o perigo de que, mesmo nos países que hoje são pobres, o ideal do consumo máximo venha a orientar seus esforços, formar seu espírito e, por conseguinte, continuar a ser eficaz mesmo quando o nível de consumo ótimo (e não máximo) tiver sido atingido.



consumo ótimo. Isso envolveria, em primeiro lugar, uma vasta transformação na indústria, transferindo o investimento da produção de bens de consumo individual para a produção de bens de utilidade pública, como escolas, teatros, bibliotecas, parques, hospitais, transportes públicos, habitação: em outras palavras, uma [118] ênfase na produção das coisas que constituem a base para o florescimento da produtividade e da atividade interiores do indivíduo. É possível demonstrar que a voracidade do *Homo consumens* se refere predominantemente ao consumo individual de coisas que ele „come“ (incorpora), ao passo que o uso dos serviços públicos livres, permitindo ao indivíduo desfrutar da vida, não desperta ambição e voracidade. Essa transformação do consumo máximo em consumo ótimo exigiria alterações radicais nos padrões de produção, além de uma redução drástica das técnicas de aguçamento do apetite e de lavagem cerebral da propaganda, etc.⁴ E seria preciso combiná-la com uma transformação cultural drástica: um renascimento do valor humanista da vida, da produtividade, do individualismo, etc., em oposição ao materialismo do „homem da organização“ e dos formigueiros manipulados.

Essas considerações levam a outros problemas que precisam ser estudados: existirão critérios objetivamente válidos para distinguir entre necessidades racionais e irracionais, boas e más, ou será que todas as necessidades sentidas subjetivamente têm o mesmo valor? (As necessidades boas são aqui definidas como as que favorecem a vitalidade, a abertura para a vida, a produtividade e sensibilidade humanas; as más, como as necessidades que enfraquecem ou paralisam esses potenciais humanos.) Convém lembrar que, no caso da toxicomania, da obesidade e do alcoolismo, todos fazemos tal distinção. O estudo desses problemas levaria às seguintes considerações de ordem prática: quais são as necessidades mínimas legítimas do indivíduo? (Por exemplo: um quarto por pessoa, tantas roupas, tantas calorias, tantos bens de valor cultural definível e avaliável, tais como rádio, livros, etc.) Numa sociedade relativamente abundante, como é hoje a dos Estados Unidos, seria fácil determinar o custo de um mínimo *decente* para a subsistência e também quais deveriam ser os limites do [118] consumo máximo. Dever-se-ia considerar a hipótese de taxação progressiva do consumo que ultrapassasse certo limiar. Parece-me importante que as condições de vida das favelas fossem evitadas. Tudo isso significaria a combinação dos princípios da renda garantida com a transformação de nossa sociedade do consumo máximo individual em uma sociedade do consumo ótimo individual e com uma conversão drástica da produção que atende às necessidades individuais em produção que atende a necessidades coletivas.

Creio ser importante acrescentar uma outra idéia à da renda garantida, para que também seja mais estudada: o conceito do consumo *livre* de certas mercadorias. Um exemplo seria o pão, o leite e os legumes. Suponhamos, por um momento, que qualquer um pudesse entrar em qualquer padaria e levar todo o pão que desejasse (o Estado pagaria à padaria o pão produzido). Como já foi mencionado, as pessoas mais vorazes levariam, a princípio, mais do que poderiam consumir, mas, após um curto espaço de tempo, esse „consumo voraz“ se equilibraria e as pessoas levariam apenas aquilo de que realmente precisassem. Esse consumo livre, em minha opinião, criaria uma

⁴ A necessidade de restringir a propaganda e, mais ainda, de modificar a produção no sentido de uma produção maior de serviços públicos é, em minha opinião, quase impensável sem uma grande parcela de intervenção estatal.



FROMM-Online

Propriety of the Erich Fromm Document Center. For personal use only. Citation or publication of material prohibited without express written permission of the copyright holder.

Eigentum des Erich Fromm Dokumentationszentrums. Nutzung nur für persönliche Zwecke. Veröffentlichungen – auch von Teilen – bedürfen der schriftlichen Erlaubnis des Rechteinhabers.

nova dimensão na vida humana (a menos que a encaremos como a repetição, em nível muito mais alto, do padrão de consumo de certas sociedades primitivas). O homem se libertaria do princípio de que „quem não trabalha não come“. Até mesmo esse começo de livre consumo constituiria uma experiência extremamente inédita de liberdade. É óbvio até para o não-economista que o fornecimento de pão grátis para todos seria facilmente financiável pelo Estado, que cobriria essa despesa com um imposto correspondente. Entretanto, podemos ir um passo adiante. Presumamos que não apenas as necessidades mínimas de alimento fossem obtidas graciosamente — pão, leite, legumes e frutas — mas que também o fossem as necessidades mínimas de roupa [120] (mediante algum sistema, todos poderiam obter sem pagar, digamos, um terno, três camisas, seis pares de meias, etc., por ano); que o transporte fosse grátis, o que exigiria, é claro, sistemas vastamente aprimorados de transportes públicos, ao passo que os automóveis particulares se tornariam mais caros. Por fim, poder-se-ia imaginar que o problema da habitação fosse resolvido da mesma maneira, através de grandes projetos de habitação com dormitórios para os mais jovens, um quarto pequeno para os mais velhos ou para os casais, a serem gratuitamente usados por qualquer pessoa que assim desejasse. Isso me leva à sugestão de que outra maneira de solucionar o problema da renda garantida seria através do livre consumo de todas as necessidades, e não através de pagamentos em dinheiro. A produção dessas necessidades mínimas, juntamente com serviços públicos altamente aperfeiçoados, manteria a produção em andamento, tal como o fariam os pagamentos da renda garantida.

Talvez se possa levantar a objeção de que esse método é mais radical e, portanto, menos aceitável do que o proposto por outros autores. Provavelmente, isso é verdade. Mas não se deve esquecer que, por um lado, esse método dos serviços mínimos gratuitos poderia, teoricamente, ser aplicado dentro do sistema atual, ao passo que, por outro lado, a idéia da renda garantida não será aceitável para muitas pessoas, não por ser inviável, mas em vista da resistência psicológica à abolição do princípio de que „quem não trabalha não come“.

Outro problema filosófico, político e psicológico tem que ser estudado: o da liberdade. O conceito ocidental de liberdade baseou-se, em grande parte, na liberdade de possuir propriedade e de explorá-la, desde que outros interesses legítimos não fossem ameaçados. Esse princípio, na verdade, foi ferido de muitas maneiras nas sociedades industriais do Ocidente, através dos impostos, que são uma forma de expropriação, e da intervenção estatal [121] na agricultura, no comércio e na indústria. Ao mesmo tempo, a propriedade privada dos meios de produção vem sendo cada vez mais substituída pela propriedade semipública típica das empresas gigantes. Embora o conceito da renda garantida pudesse significar algumas regulamentações estatais adicionais, convém lembrar que, hoje em dia, o conceito de liberdade, para o indivíduo médio, não reside tanto na liberdade de possuir e explorar a propriedade (capital), mas antes na liberdade de consumir o que desejar. Muitas pessoas hoje consideram a restrição a seu consumo ilimitado como uma interferência em sua liberdade, embora apenas as que se acham no topo estejam realmente livres para escolher o que querem. A competição entre diferentes marcas das mesmas mercadorias e entre diferentes tipos de mercadorias cria a ilusão de liberdade pessoal, quando, na realidade, o indivíduo quer o que é



Propriety of the Erich Fromm Document Center. For personal use only. Citation or publication of material prohibited without express written permission of the copyright holder.

Eigentum des Erich Fromm Dokumentationszentrums. Nutzung nur für persönliche Zwecke. Veröffentlichungen – auch von Teilen – bedürfen der schriftlichen Erlaubnis des Rechteinhabers.

condicionado a querer.⁵ Faz-se necessário um novo enfoque do problema da liberdade; somente com a transformação do *Homo consumem* numa pessoa produtiva e ativa, o homem poderá vivenciar a liberdade como verdadeira independência e não como escolha ilimitada de mercadorias.

O efeito integral do princípio da renda garantida só pode ser esperado em combinação com: (1) uma transformação dos hábitos de consumo, com a transformação do *Homo consumem* no homem ativo e produtivo (no sentido empregado por Spinoza); (2) a criação de uma nova atitude espiritual, que seria a do humanismo (sob formas teístas ou não-teístas); e (3) o renascimento de métodos verdadeiramente democráticos (por exemplo, uma nova Câmara Baixa, através da integração e soma das decisões tomadas por centenas de milhares de grupos do tipo face a face; a participação ativa de todos os que trabalham em qualquer tipo de empresa em sua administração, etc.).⁶ O risco de que um Estado que tudo prove viesse a transformar-se numa deusa-mãe de [122] qualidades ditatoriais só pode ser superado por um aumento simultâneo e drástico dos procedimentos democráticos em todas as esferas das atividades sociais. (O fato é que, mesmo hoje, o Estado é extremamente poderoso, mesmo sem proporcionar tais benefícios.)

Em suma, juntamente com a pesquisa econômica no campo da renda garantida, outras pesquisas devem ser empreendidas: psicológicas, filosóficas, religiosas e educacionais. O grande e providencial passo que seria a instauração da renda garantida só poderá ter êxito, a meu ver, se for acompanhado por mudanças em outras esferas. Não se deve esquecer que a renda garantida só pode ter sucesso se pararmos de gastar 10% de nossos recursos totais em armamentos economicamente inúteis e perigosos, se pudermos sustar a difusão da violência descabida através da ajuda sistemática aos países subdesenvolvidos e se encontrarmos meios de deter a explosão populacional. Sem essas mudanças, nenhum plano para o futuro alcançará êxito, pois não haverá futuro.

⁵ Também nesse caso, a burocratização totalitária do consumo nos países do bloco soviético foi prejudicial à defesa de qualquer regulamentação do consumo.

⁶ Cf. Fromm, *The Sane Society*, *loc. cit*